

## O governo Lula e os portos: muito discurso, pouca ação

No início de dezembro, a imprensa fez alarde da “irritação” do presidente Lula com a falta de resultados da Agenda Portos, que em 2005 realizou apenas 10% das ações previstas. Depois de ouvir de um seletivo grupo de exportadores que os portos impedem a expansão dos negócios, o presidente teria decidido coordenar pessoalmente as ações para eliminar esse gargalo logístico. Chegou a cogitar, como medida inicial de impacto, a transferência da gestão da Agenda Portos para o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, mas rapidamente voltou atrás e decidiu mantê-la nas mãos do ministro dos Transportes.

Pode ser que desta vez e finalmente - o presidente Lula tenha de fato acordado para a gravidade do problema dos portos, mas a hesitação sobre a mudança de comando do programa governamental de investimentos e ações no sistema portuário é preocupante. Não se trata de defender o interesse deste ou daquele Ministério, mas sim de o governo federal tomar medidas efetivas para eliminar os conhecidos entraves à modernização dos portos existentes na esfera pública: o excesso de burocracia, a omissão na infra-estrutura e o uso político-partidário dos cargos nas Companhias Docas. Em suma: passar do discurso à ação.

No início deste ano, a ABTP alertava, em artigo publicado neste Guia sob o título “Burocracia: um grande inimigo do governo Lula”, para a falta de uma política portuária consistente e para o risco de que os gargalos portuários freassem o vigor das exportações, que acabavam de

alcançar a marca dos US\$ 100 bilhões. Enfatizávamos então que, dada a diversidade de instâncias públicas interferindo no setor portuário (nada menos do que dez Ministérios), somente uma sinalização direta e clara da Presidência da República não apenas com palavras, mas principalmente com atos - poderia evitar que a burocracia ignorasse os bons propósitos repetidamente enunciados pelo governo Lula.

Infelizmente, tal sinalização não ocorreu na época, razão pela qual o presidente encontra-se hoje “irritado”. Ao contrário, os sinais que chegaram ao setor portuário foram de omissão e falta de comando. O governo nada fez ao ver a Antaq e o Ministério dos Transportes se digladiando publicamente, num deprimente espetáculo de desautorizações recíprocas e conflito aberto de poder.

Em conseqüência desse clima de desordem institucional e fragilidade regulatória no setor portuário, no final de agosto um importante terminal foi paralisado porque o governo não decidiu em tempo hábil se o contrato de arrendamento seria prorrogado ou se haveria nova licitação. Uma autorização precária de funcionamento, verdadeira meia sola improvisada pelo Ministério dos Transportes, “apagou o incêndio”, mas o problema continua pendente e afeta outros importantes terminais. Soluções paliativas e regras imprecisas só contribuem para represar os investimentos privados de que o sistema portuário brasileiro tanto necessita.

O ano passou também sem que o governo federal equacionasse o

mais sério problema de infra-estrutura dos portos brasileiros: a falta de diretrizes para os serviços de dragagem. Alguns portos já sofrem prejuízos concretos decorrentes da falta de dragagem de manutenção, deixando de receber navios de maior porte. Noutros portos, usuários cansados de contribuir para fundos privados de dragagem sem a devida contraprestação de serviços, pressionam por uma mudança do modelo de gestão dessa atividade, que efetivamente está defasado em relação às necessidades do sistema portuário brasileiro e aos padrões internacionais relacionados à manutenção da infra-estrutura aquaviária dos portos.

Finalmente, cabe registrar a falta de firmeza do governo federal em casos notórios de má gestão e uso político do poder nas administrações portuárias, como o do porto de Paranaguá. Foi preciso que a Câmara dos Deputados intervisse com um decreto legislativo para pôr algum limite nos desmandos de uma administração que, em pouco mais de dois anos, gerou prejuízos milionários para os exportadores e comprometeu seriamente o escoamento das safras de grãos pelo porto paranaense.

Chega de bravatas! Se o presidente Lula quer deixar a sua marca nos setores produtivos da economia brasileira, precisa transformar sua irritação em ato, pondo em prática as intenções que vem apregoando há três anos. Caso contrário, este governo não terá sido diferente de tantos outros que falaram demais e agiram de menos.